

Arinos propõe prazo mais longo

Josemar Gonçalves

Pouco menos de vinte e quatro horas depois da divulgação do cronograma dos trabalhos da Constituinte, o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos e deputado Bernardo Cabral, decidiram propor hoje ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a revisão dos prazos estabelecidos. A medida, segundo Arinos, visa garantir o espaço para defesa de propostas populares e até mesmo de parlamentares.



O atual cronograma prevê a realização de 22 sessões ordinárias — cada uma com oito oradores — e 38 extraordinárias — 12 oradores —, garantindo o direito de defesa de teses a apenas 382 dos 559 constituintes. Assim, além de ficarem de fora 177 parlamentares, não está sendo respeitado o regimento interno que garante a um dos signatários de cada emenda popular igual espaço de 20 minutos na tribuna da Assembléia.

Arinos não sabe como esse problema poderá ser resolvido, pois na hipótese de serem apresentadas 100 emendas populares o prazo de discussão deveria ser praticamente duplicado. «Fica um pouco difícil conceder espaço para 100 representantes populares, além dos 177 constituintes», explicou o senador que acredita que o deputado Ulysses Guimarães encontrará uma solução para o problema.

Disputa

Mas a falta de vagas não é o único problema dos debates de plenário. As inscrições para os oradores foram abertas ontem e a disputa por uma vaga nos últimos dias está acirrada. Hoje o projeto de Constituição começa teoricamente a ser examinado pelo plenário, mas os constituintes não estão querendo se inscrever nesses primeiros dias, acreditando que a discussão ficará mais intensa na última semana.

Até ontem à tarde, os horários entre os dias 13 e 23 de agosto já estavam praticamente preenchidos, existindo grande disponibilidade nas sessões extraordinárias (marcadas para os finais de semana). Para o primeiro dia estão inscritos somente os constituintes Tadeu França (PMDB-PR), Antônio Câmara (PMDB-RN) e João Menezes (PFL-PA). Nos últimos dias estão predominando os parlamentares de esquerda do PMDB e dos partidos de esquerda, como os deputados Amaury Muller (PDT-RJ), José Genoíno (PT-SP), Euclides Scalco (PMDB-PR) e Florestan Fernandes (PT-SP). Mesmo com o descaço em relação aos primeiros dias, até o final da tarde de ontem apenas 80 horários ainda estavam vagos.

Grupos da Aliança articulam acordo

Os «progressistas» do PMDB que, junto com as alas menos conservadoras do PFL, pretendem assegurar a eliminação do que consideram «itens retrógrados» no atual projeto de Constituição, reúnem-se hoje à tarde em local ainda a ser definido pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) para o primeiro exame completo de cada um dos temas distribuídos entre os participantes do grupo.

O deputado Paulo Macarini (SC), encarregado de coordenar a análise de temas trabalhistas, como estabilidade no emprego e jornada de trabalho, informou que a reunião de hoje marca apenas o início das discussões, não havendo definição em torno de nenhum tema.

Levantamento

Macarini disse que, por enquanto, fez apenas um levantamento histórico de todos os documentos editados até hoje pelo PMDB e que mostram o posicionamento do partido em relação a esses temas, bem como um apanhado do que foi discutido até agora na Constituinte. Ele não quis adiantar se é, ou não, a favor da estabilidade aos seis meses de trabalho, alegando que ainda não se chegou à fase de definições do grupo de parlamentares. Acredita ainda que o tema, pela sua importância, deveria ser levado a um debate mais amplo da sociedade.

O deputado José Jorge (PFL-PE), encarregado dos temas «reserva de mercado» e «indústria nacional», explicou que a idéia do grupo progressista é ampliar o debate, de modo que, a partir desse encontro preliminar de hoje, cada coordenador de tema convide mais três parlamentares para os próximos debates, e estes, por sua vez, convidem mais três, cada um deles, ampliando o grupo geometricamente. Ele disse que, para os temas em que houve aprovação em cada um dos grupos, a idéia é a de se apresentar uma única proposta, substituída por todas, de modo a dar mais força à matéria a ser votada, que passa a ser conjunta, e não de um parlamentar apenas.

Grupo

Por enquanto, o grupo de «progressistas» é reduzido: pelo PMDB participam, entre outros, Scalco, Miro Teixeira (RJ), Nelson Jobim (RS), Pimenta da Veiga (MG), Severo Gomes (SP) e Paulo Macarini (SC). Pelo PFL, já se integraram ao grupo os deputados José Jorge (PE), Alcení Guerra (PR), José Thomas Nonô (AL), Saulo Queiroz (MS), Lúcio Alcântara (CE), Jayme Santana (MA) e os senadores Guilherme Palmeira (AL) e José Agripino (RN).



Bernardo Cabral (dir) e Afonso Arinos querem mais tempo para discussão das emendas populares

Projeto de Cabral chega ao plenário

Chegou ontem oficialmente ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte o projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. O texto tem um prazo de 30 dias para ser emendado. A preocupação central do presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, e também de Cabral, ontem, era definir uma estratégia capaz de transformar uma série de aspirações sociais, econômicas e culturais constantes do atual projeto num texto jurídico, conveniente à solução gradativa dos problemas gerais do País.

Segundo Arinos, o texto que começa a ser discutido hoje em plenário não pode ser chamado de Constituição, pois falta-lhe a necessária conformação jurídica. Esse trabalho será iniciado agora pelo próprio Arinos e por Bernardo Cabral, que provavelmente nomeará relatores-auxiliares para ajudar na tarefa. «Esse trabalho é essencialmente técnico e não envolve a matéria constitucional propriamente dita», esclareceu Arinos.

Ulysses adia decisão

Somente na próxima semana o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deverá apreciar a questão de ordem levantada pelo líder do Governo na Câmara deputado Carlos Sant'Anna, pedindo a anulação da votação do projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco pelas empresas estrangeiras.

Ontem, o deputado Ulysses Guimarães não teve tempo de analisar o pedido, já que este ficou emperrado nos trâmites da Secretaria-Geral. Como hoje Ulysses assume a presidência da República por três dias, ele terá oportunidade de decidir sobre o assunto somente na próxima segunda-feira. O presidente da Constituinte não quis comentar o mérito do pedido afirmando que só tomará qualquer decisão depois dele chegar às suas mãos.

O projeto de decisão nº 4 do deputado Paulo Ramos foi aprovado na sessão do sábado passado da Comissão de Sis-

tematização. Para o líder do Governo, a votação tem que ser anulada já que «vários itens do regimento interno foram des-cumpridos». Carlos Sant'Anna alega a falta de quorum, explicando que o regimento exige aprovação por maioria absoluta. Argumenta também com o dia em que foi realizada a votação. O regimento, esclareceu, determina que projetos de decisão não podem ser votados aos sábados, domingos ou feriados.

O presidente da Comissão de Sistematização, senador, Afonso Arinos não quis discutir a questão afirmando ser esta uma competência exclusiva do deputado Ulysses Guimarães. Arinos não emitiu parecer sequer no processo que foi encaminhado a Ulysses. Para possibilitar uma «análise ampla» do assunto o presidente da Comissão de Sistematização encaminhou, anexo ao processo, os discursos do deputado Carlos Sant'Anna, defendendo a anulação, e o do deputado Paulo Ramos defendendo a legitimidade da votação.

tematização. Para o líder do Governo, a votação tem que ser anulada já que «vários itens do regimento interno foram des-cumpridos». Carlos Sant'Anna alega a falta de quorum, explicando que o regimento exige aprovação por maioria absoluta. Argumenta também com o dia em que foi realizada a votação. O regimento, esclareceu, determina que projetos de decisão não podem ser votados aos sábados, domingos ou feriados.

O presidente da Comissão de Sistematização, senador, Afonso Arinos não quis discutir a questão afirmando ser esta uma competência exclusiva do deputado Ulysses Guimarães. Arinos não emitiu parecer sequer no processo que foi encaminhado a Ulysses. Para possibilitar uma «análise ampla» do assunto o presidente da Comissão de Sistematização encaminhou, anexo ao processo, os discursos do deputado Carlos Sant'Anna, defendendo a anulação, e o do deputado Paulo Ramos defendendo a legitimidade da votação.

Roque de Sá



Deputado diz ter apoio majoritário contra reforma agrária

Alves garante apoio de 300

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), citado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), como o interlocutor do grupo da direita na Assembléia Nacional Constituinte, disse ontem contar com 300 parlamentares e mais 100 adesões eventuais na luta pela manutenção do conceito de reforma agrária tal qual está no Projeto de Constituição que começa a ser discutido hoje no plenário da Assembléia. Esse grupo pretende, ainda, derrubar a estabilidade plena no emprego e as 40 horas semanais de trabalho constantes do texto.

Segundo Cardoso, o relator da Sistematização ainda não o procurou para tentar uma negociação, o que deverá acontecer nos próximos dias, adiantou, no entanto que o seu grupo não pode abrir mão de algumas questões, como a estabilidade e a jornada de trabalho: «A estabilidade que defendemos é de que um ano de exercício

gera outro de estabilidade. Não prestou, rua. Quanto à jornada, o máximo que podemos negociar é em torno de 46 horas semanais».

Em sua avaliação, a tendência desses parlamentares é aceitar o sistema de Governo proposto pelo projeto de Cabral, um parlamentarismo com presidente forte: «Isso ocorreu no Império. O parlamento foi ganhando força e impondo fórmulas, pela lei, em virtude dos fatos políticos que iam ocorrendo. Mas também podemos negociar uma fórmula presidencialista de Governo, desde que com um Parlamento igualmente forte».

Quando ao projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, o parlamentar defende a sua redução, em busca de um texto «cristão, enxuto e sintético de definições e comandos». Ele propõe que toda a legislação complementar à nova Constituição seja votada durante a continuação do mandato parlamentar dos constituintes, ou seja até 1990.

PFL estuda a questão da estabilidade

A redução progressiva da jornada semanal de trabalho em uma ou duas horas, a cada ano, de modo que em oito ou em quatro anos se chegue à carga semanal de 40 horas, pode ser a alternativa do PFL ao atual projeto de Constituição que determina essa redução de uma só vez. O item relativo à estabilidade no emprego — um dos mais polêmicos de todo o anteprojeto — tem também outra alternativa em estudo no PFL: a ampliação do prazo de estabilidade de seis meses para dois anos, que é o prazo já estabelecido em lei para os servidores públicos conquistarem a estabilidade.

Essas sugestões foram apresentadas ao PFL pelo economista Décio Garcia Munhoz, da UnB, em recente reunião da qual participou o presidente do partido, senador Marco Maciel. Segundo o vice-líder Inocêncio Oliveira (PE), que participou do encontro, Décio disse que o PFL não poderia de forma alguma se opor à tese da jornada de trabalho de 40 horas semanais, sob pena de ser considerado um partido excessivamente retrógrado. Ontem, o próprio Inocêncio — que coordenou o PFL em todas as comissões — anunciou que vai aproveitar as duas sugestões do economista, apresentando emendas em favor das quais pretende trabalhar exaustivamente junto à bancada.

Informática

Inocêncio disse não ter dúvidas de que o atual projeto vai ganhar feição muito mais progressista com a contribuição do próprio PFL, que na primeira fase da Constituinte foi visto como o grande responsável por retrocessos em aliança com a extrema-direita. Ele disse não ter dúvidas, por exemplo, de que será aprovada a reserva de mercado para informática, bem como garantido o monopólio estatal da Petrobrás, com o fim dos contratos de risco. «É uma bandeira que o presidente de honra do PFL, ministro Aureliano Chaves, já assumiu publicamente, e terá que ser seguida pelo partido», enfatizou. Inocêncio acredita ainda que está assegurado um cunho «mais nacionalista» ao conceito de empresa nacional, mas em relação à reforma agrária, acredita que a legislação avançará, no máximo, ao que já dispõe o atual Estatuto da Terra, aprovado após o golpe militar de 1964 mas que na verdade nunca vigorou.

Inocêncio informou que, nos próximos dias, as bancadas do partido na Câmara e no Senado serão convocadas para um debate em torno dos temas de cada uma das oito comissões temáticas, de modo que, por deliberação da maioria, o PFL se defina sobre todos os temas, inclusive os mais polêmicos.

Cientista constata rebeldia no PMDB

Os constituintes do PMDB serão os únicos a não aceitarem a orientação das lideranças partidárias durante a votação da nova Carta Constitucional, segundo o chefe do Departamento de Ciência Política e diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília, professor David Fleischer. Autor de um estudo sobre o perfil sócio-econômico e político dos constituintes, ele garante também que não serão aprovadas mudanças estruturais significativas, principalmente quanto à reforma agrária e às relações trabalhistas.

O estudo de Fleischer constata que a maior bancada da Constituinte tem como origem a antiga Arena, que deu sustentação política aos governos militares até ser substituída pelo PDS. Dos 559 constituintes, 217 militaram na Arena sendo que 72 fazem parte agora da bancada de 298 parlamentares do PMDB.

Apenas 137 dos representantes do PMDB são originários do antigo MDB e mantêm alguma fidelidade à orientação das lideranças partidárias.